

Editora: Brenda Espíndula

Jornalista responsável: Fernando Borgonovi

Capa e diagramação: Cláudio Gonzalez

Revisão: Rafael Frankenstein e Marcelo Silveira

Preparação de originais: Brenda Espíndula

Comercialização e distribuição: Euzébio
Jorge

Tiragem: 10.000 exemplares

Conselho Consultivo do CEMJ:

Alessandro Lutfy Ponce de Leon, Arthur José Poerner, Augusto Buonicore, Fábio Palácio de Azevedo, Fabiano de Souza Lima, José Carlos Ruy, Mary Castro, Natividade Guerrero Borrego, Regina Novaes.

DIRETORIA DO CEMJ:

Presidente

Fabiana Costa

Diretor de Planejamento e Patrimônio

Rovilson Portela

Secretário Geral

Augusto Vasconcelos

Diretora de Estudos e Pesquisas

Brenda Espíndula

Diretor de Memória

Fernando Garcia

Diretor de Cultura

Carolina Maria Ruy

Diretor de Comunicação

Vandré Fernandes Barros

Diretor de Atividades Educativas e Esportivas

Alexandre Rosa

A revista Juventude.br aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério da editoria e do Conselho Consultivo do CEMJ, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica em compromisso da revista ou do CEMJ com seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os artigos enviados não devem exceder 15.000 caracteres com espaços. Artigos maiores dependerão de acordo prévio com o editor. Os artigos devem ser enviados em formato texto. Citações devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).



Os artigos publicados na Juventude.Br são licenciados pela Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs 3.0. Maiores informações sobre a licença: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/>

AOS LEITORES

Na sociedade brasileira, a “questão das drogas” tem ultimamente suscitado muitos debates e posicionamentos inflamatórios sobre como tratar esse “problema social”, especialmente neste último período em que o Estado deflagrou uma “guerra” ao tráfico de drogas no Rio de Janeiro, com a ocupação e “pacificação” de algumas comunidades cariocas. A princípio, essa afirmação pode ser muito coerente e sensata, já que esse discurso se impõe diariamente, seja pelos veículos midiáticos, seja por profissionais de diferentes áreas, seja pelas conversas cotidianas. Contanto, as múltiplas aspás colocadas na oração acima são para problematizar que a “questão das drogas” apareceu como tema candente e, ao mesmo tempo, como problema social, há no máximo um século atrás, visto que é milenar o consumo sistemático de substâncias capazes de alterar o comportamento, a consciência e o humor dos seres humanos. Na atualidade, o consumo de “drogas” e o conhecimento produzido sobre o tema são pautados pela lógica negatizante de combate ao mal, noção pela qual passou a ser representado o consumo de toda e qualquer substância psicoativa, particularmente as ilícitas e a de abuso.

Nesta edição, a *Juventude.br* procura examinar o consumo de drogas pelos jovens brasileiros, drogas aqui entendidas como substâncias psicoativas lícitas e ilícitas. Muitos questionamentos conformaram a produção do dossiê. Será que são os jovens que mais consomem drogas no Brasil? Qual o papel da mídia, dos profissionais de saúde e dos responsáveis pela segurança pública na inculcação de determinado discurso sobre a questão das drogas? Por que quem trata as drogas como mal a ser extirpado da sociedade também tende a considerar a juventude como problema social? Quais as implicações sociais e culturais da dependência de drogas? A dependência tem causalidade direta com a experimentação durante a trajetória juvenil? Qual a perspectiva apontada pelas campanhas de combate ao consumo de drogas? Essas campanhas são efetivas em que sentido? Frente à complexidade do tema, o dossiê não tem pretensão de dar resposta a todas as questões, mas com certeza oferecerá pistas para que a relação entre a juventude e as drogas passe a ser encarada de forma menos estereotipada e mais crítica.

Contribuindo com esse propósito, Arthur Guerra de Andrade e Lúcio Garcia de Oliveira nos trazem conclusões do I Levantamento nacional sobre o uso de álcool, tabaco e outras drogas entre universitários das 27 capitais brasileiras. Os autores afirmam que 22,8% da população de faixa etária entre 12 e 65 anos já fez uso na vida (ou seja, pelo menos já experimentou) de qualquer droga psicotrópica (exceto álcool e tabaco), sendo que os jovens da faixa etária de 18 a 24 anos apresentam as maiores prevalências de uso de substâncias psicotrópicas e de comportamentos de risco. Ainda, eles nos lembram que pesquisas de porte nacional, como a citada, são essenciais para identificar tendências de uso de drogas entre os jovens, a fim de constituir ações efetivas em políticas públicas.

Já Bruna Triana e Lucas de Oliveira, em conjunto, bem como Marlene Miranda, procuram refletir como a relação entre juventude e drogas é pautada hegemonicamente pela sociedade brasileira e quais seriam as consequências dessa associação para o desenho de campanhas e po-

Os pesquisadores apresentam que o consumo de drogas está relacionado à “própria visão de mundo de um grupo social e à construção de uma identidade individual e cultural”, sendo ingênuo considerar que seja possível eliminar as substâncias psicoativas da vida social.

líticas voltadas aos jovens. Eles alertam para simplificações recorrentes na abordagem do tema, as quais em sua grande maioria reforçam noções como a de que o consumo de substâncias psicoativas pelos jovens seja uma questão de irresponsabilidade ou de inclinação própria do comportamento individual, ou ainda enfatizam que a dependência seja destino de todos que experimentam drogas. Longe de qualquer reducionismo, os pesquisadores apresentam que o consumo de drogas está relacionado à “própria visão de mundo de um grupo social e à construção de uma identidade individual e cultural”, sendo ingênuo considerar que seja possível eliminar as substâncias psicoativas da vida social.

Regina Figueiredo vai ao encontro dessa posição ao avaliar que as estratégias preventivas que tomam como pressuposto a abstinência, a ocultação e o afastamento das substâncias psicóticas dos jovens são menos efetivas daquelas que valorizam a utilização de códigos culturais como estratégia de redução de danos. Ela aponta que a “demonização dessas substâncias e a crença em uma sociedade livre de drogas”, associadas à culpabilização do jovem e da família, estão na moda, tornando-se substrato para propostas de intervenção que se dirigem exclusivamente ao comportamento juvenil, descontextualizando-as de outros padrões de comportamento social.

Esses pressupostos da grande maioria das campanhas de combate ao uso de drogas também manifestam-se em outra noção amplamente difundida na sociedade, a de jovem usuário de crack. Douglas Casarotto de Oliveira e Guilherme Carlos Corrêa reconstroem a categoria *jovem usuário de crack* a partir dos diferentes discursos que a informam, utilizando como instrumento de pesquisa a etnografia da trajetória de um jovem dependente de crack. Os autores concluem que o discurso hegemônico associado aos casos de dependência juvenil ao crack é regido pela “perspectiva de que o crack é o mal em si”, considera “o jovem como delinquente-doente” e aponta “um ideal como tratamento, este sendo a *internação-isolamento*, entendida como internação fechada”. Para eles, a análise da tão propalada noção *jovem usuário de crack* ganha consistência quando considerada no diagrama de forças sociais que, de um lado, condena e proíbe o uso de substâncias psicoativas e, por outro, o entende como parte das condutas dos seres humanos, condicionadas por aspectos históricos.

Esse embate de posições também está presente nas opiniões dos jovens brasileiros sobre a legalização das drogas ilícitas, confirmando que “a juventude é um espelho retrovisor” da sociedade, como formula Regina Novaes. Em pesquisa coordenada por ela, junto ao IBA-SE em 2008, foi identificado que somente 22% dos jovens brasileiros concordam com a legalização do consumo da maconha, sendo que em outros países da América do Sul esse percentual é ainda menor.

Com a intenção de extrapolar o predomínio das ciências biomédicas na abordagem do tema, o dossiê orientou-se majoritariamente pelo enfoque das ciências sociais, no esforço de ampliar a reflexão sobre as dimensões política e cultural do consumo de drogas pelos jovens. Sendo o tema tão complexo, seria muito redutivo enquadrá-lo somente à análise do contato físico entre as moléculas dos psicoativos e a fisiologia humana. Esperamos sugestões e opiniões! ●



A tão propalada noção “jovem usuário de crack” ganha consistência quando considerada pelo diagrama de forças sociais que, de um lado, condena e proíbe o uso de substâncias psicoativas e, por outro, entende o consumo como parte das condutas dos seres humanos, condicionadas por aspectos históricos.